



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 03 / 09 / 25

C. Soares  
Concelção de Marla Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Fátima  
Nora

para relatar.

Em 03 / 09 / 25

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

HE

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**  
**DEP. ESTADUAL FABIO NOVO (PT/PI)****PARECER Nº****PROCESSO Nº 4127, DE 02 DE SETEMBRO DE 2025 - PROJETO DE LEI Nº 252/2025.****AUTORIA DO DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES.**

<b>EMENTA:</b>	" Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública da Loja Maçônica ABOLIÇÃO, nº 4.199, e dá outras providências".
----------------	--

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Senhor Dr. Henrique Pires, que tem como objetivo " Reconhece de Utilidade pública a Loja Maçônica ABOLIÇÃO, nº 4.199, e dá outras providências ".

Para tanto, apresenta as seguintes justificativas: A presente proposição, tem por conferir o título de utilidade pública à Loja Maçônica ABOLIÇÃO, nº 4.199, inscrita no CNPJ sob o nº 28.068.224/0001-54, entidade civil sem fins lucrativos, sediada na Rua Senador Teodoro Pacheco, nº 882, centro de Teresina-PI.

A Loja Maçônica Abolição, nº 4.199, representa uma instituição de notória atuação e relevância social no Estado do Piauí, dedicando-se historicamente à promoção de valores cívicos, filantrópicos e culturais em nossa comunidade.

Seu trabalho, desenvolvido de forma contínua e voluntária, tem contribuído significativamente para o fortalecimento do tecido social, apoiando ações em áreas como educação, assistência social e desenvolvimento humanístico, sempre pautadas pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

Eis o Relatório.

---

Deputado Fábio Novo  
Av. Mal. Castelo Branco, S/N – Cabral – CEP 64.000-810 – Teresina/PI.



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ  
DEP. ESTADUAL FÁBIO NOVO (PT/PI)

## II. VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 80 do Regimento Interno<sup>1</sup> desta Casa. Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta no artigo 123, I, “a”, do RIALEPI<sup>2</sup>, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência, dentre outras.

Por derradeiro, verifico que este Projeto de Lei não encontra óbice quanto às matérias constantes do art. 142 do Regimento Interno.<sup>3</sup>

O referido Projeto de Lei satisfaz plenamente os requisitos da Lei nº 8144, de 12 de setembro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para o reconhecimento de utilidade pública e está instruído com os documentos exigidos legalmente para a sua apreciação, não existindo impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental à sua tramitação.

Nessa conformidade, a proposição é livre de quaisquer vícios formais ou materiais que pudessem, eventualmente, coibir o seu trâmite regular.

Por todo o exposto, observando a grande importância da proposição e sua boa técnica legislativa, **manifesto-me favoravelmente à aprovação do referido projeto.**

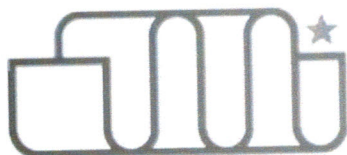
## III. PARECER DA COMISSÃO

<sup>1</sup>**Art. 80.** Em regra, antes da deliberação do Plenário, as proposições dependem da emissão, discussão e aprovação de parecer das Comissões Técnicas pertinentes, ressalvadas as espécies indicadas nos incisos do art. 108.

<sup>2</sup>**Art. 123.** As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes: I - Comissão de Constituição e Justiça: **a)** aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

<sup>3</sup>**Art. 142.** Não devem ser recebidas as proposições que: I - contenham assunto alheio à competência da Assembleia; II - deleguem a outro Poder atribuição privativa do Legislativo; III - forem flagrantemente antirregimentais; IV - estejam mal redigidas; V - contenham expressões ofensivas; ou VI - forem manifestamente inconstitucionais.





**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

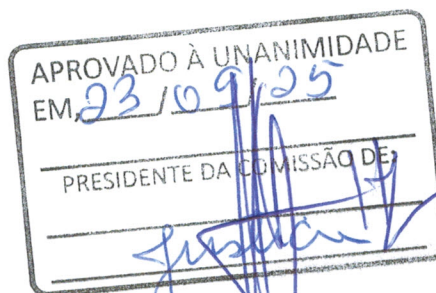
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**  
**DEP. ESTADUAL FÁBIO NOVO (PT/PI)**

Em discussão, em votação:

- ( x ) Aprovação.
- ( ) Aprovação com Emenda.
- ( ) Rejeição.

Sala das Comissões Técnicas, Teresina (PI), 09 de setembro de 2025.

*Fábio Novo*  
Deputado Fábio Novo  
Relator



*Uemerson*

*Alcane*